



ABNT no tocante à elaboração de referências dos julgados, em prol da economia e objetividade.

O Vade-mécum de Licitações e Contratos, 7ª edição, é o mais completo compêndio de licitações e contratos do Brasil, organizado com o propósito de garantir segurança aos operadores dessa área.

Autor

J. U. Jacoby Fernandes

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Área específica

Direito Público.

Público-alvo

Todos da área jurídica.

É com grande satisfação que apresento a 7ª edição do Vade-mécum de Licitações e Contratos, ferramenta de auxílio ao Gestor Público na sua missão diária.

Esta obra reúne a mais relevante jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário, trazendo o entendimento atual para os mais complexos temas envolvendo as licitações e contratos, bem como a indicação dos entendimentos pretéritos, que contribuíram para a consolidação da jurisprudência predominante.

Estão aqui compiladas, aproximadamente, 8.500 decisões, com notas e comentários sobre as questões de maior relevância, como subsídio àqueles que labutam diariamente com as demandas das aquisições públicas e muitas vezes se sentem inseguros diante das divergências interpretativas das decisões administrativas e/ou judiciais.

Como facilitador para pesquisa, o índice remissivo conduz o leitor ao encontro rápido e eficiente do assunto do seu interesse, incluindo legislação, jurisprudência e doutrina relevantes.

O acesso aos anexos da legislação complementar continuam a ser efetuados por meio do Vade-mécum Eletrônico, disponibilizado no site da Editora Fórum, mediante senha de acesso constante da etiqueta de autenticidade do livro.

Nesta edição optou-se por não seguir com rigor as normas impostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas –

Formato: 17x24 cm

CÓDIGO: 10000962

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 2353 p. ISBN 978-85-450-0116-4.

J17c

Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses

Vade-mécum de licitações e contratos. Legislação: organização e seleção, jurisprudência, notas e comentários. / Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

2353 p.

ISBN 978-85-450-0116-4

1. Licitação, legislação, Brasil. 2. Licitação, jurisprudência, Brasil. 3. Contrato Administrativo, legislação, Brasil. 4. Contrato Administrativo, jurisprudência, Brasil. 5. Mandado de Segurança, licitação, jurisprudência, Brasil. 6. Licitação, jurisprudência, Brasil. 7. Licitação pública, pregão, jurisprudência, Brasil. 8. Licitação pública, Brasil. 9. Licitação pública, comissão de licitação, jurisprudência, Brasil.

CDU: 35

CDD: 351.05

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 7ª EDIÇÃO	33
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL)	39
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	49
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	
Art. 1º.	49
Parágrafo único.	50
Art. 2º	55
Parágrafo único.	80
Art. 3º	80
§ 1º	105
Inciso I	106
Inciso II	113
§ 2º	114
Inciso I	115
Inciso II	115
Inciso III	115
Inciso IV	116
Inciso V	116
§ 3º	116
§ 4º	116
§ 5º	117
Inciso I	117
Inciso II	117
§ 6º	117
Inciso I	117
Inciso II	117
Inciso III	117
Inciso IV	117
Inciso V	117
§ 7º	117
§ 8º	117
§ 9º	118
Inciso I	118
Inciso II	118
§ 10.	118
§ 11.	118
§ 12.	118

§ 13.	118
------------	-----

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 6

§ 14.	118
§ 15.	118
Art. 4º	118
Parágrafo único	125
Art. 5º	126
§ 1º.....	128
§ 2º.....	129
§ 3º.....	129
Art. 5º-A.....	129
Seção II – Das definições	129
Art. 6º	129
Inciso I	130
Inciso II	130
Inciso III	131
Inciso IV	131
Inciso V	132
Inciso VI	132
Inciso VII	132
Inciso VIII	132
Alínea “a”	133
Alínea “b”	133
Alínea “c”	133
Alínea “d”	134
Alínea “e”	134
Inciso IX	134
Alínea “a”	141
Alínea “b”	141
Alínea “c”	141
Alínea “d”	142
Alínea “e”	142
Alínea “f”	142
Inciso X.....	153
Inciso XI	153
Inciso XII	154
Inciso XIII	154
Inciso XIV	154
Inciso XV	154
Inciso XVI	154
Inciso XVII	154
Inciso XVIII	154
Inciso XIX.....	154

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 7

Inciso XX	154
Seção III – Das Obras e Serviços	155
Art. 7º	155
Inciso I	155
Inciso II	155

Inciso III	156
§ 1º	156
§ 2º	157
Inciso I	159
Inciso II	167
Inciso III	181
Inciso IV	187
§ 3º	188
§ 4º	189
§ 5º	192
§ 6º	196
§ 7º	197
§ 8º	197
§ 9º	197
Art. 8º	199
Parágrafo único.	201
Art. 9º	202
Inciso I	207
Inciso II	207
Inciso III	208
§ 1º	209
§ 2º	210
§ 3º	210
§ 4º	215
Art. 10.	216
Inciso I	216
Inciso II	216
Alínea “a”	216
Alínea “b”	216
Alínea “c”	216
Alínea “d”	216
Alínea “e”	216
Parágrafo único.	216
Art. 11.	217
Art. 12.	217
Inciso I	219
Inciso II	219
 VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 8	
Inciso III	219
Inciso IV	219
Inciso V	220
Inciso VI	220
Inciso VII	221
Seção IV - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados	222
Art. 13.	222
Inciso I	222
Inciso II	223
Inciso III	223
Inciso IV	225
Inciso V	226

Inciso VI	227
Inciso VII	229
Inciso VIII	229
§ 1º.....	229
§ 2º.....	230
§ 3º.....	230
Seção V - Das Compras	230
Art. 14.	230
Art. 15.	236
Inciso I	237
Inciso II	242
Inciso III	244
Inciso IV	246
Inciso V	249
§ 1º.....	254
§ 2º.....	254
§ 3º.....	254
Inciso I	255
Inciso II	255
Inciso III	255
§ 4º.....	255
§ 5º.....	256
§ 6º.....	256
§ 7º.....	256
Inciso I	256
Inciso II	263
Inciso III	265
§ 8º.....	266
Art. 16.	267

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 9

Parágrafo único.	269
Seção VI - Das Alienações	269
Art. 17.	269
Inciso I	275
Alínea “a”	278
Alínea “b”	278
Alínea “c”	278
Alínea “d”	278
Alínea “e”	279
Alínea “f”	280
Alínea “g”	280
Alínea “h”	280
Alínea “i”	280
Inciso II	280
Alínea “a”	281
Alínea “b”	281
Alínea “c”	282
Alínea “d”	282
Alínea “e”	282
Alínea “f”	282

§ 1º	282
§ 2º	282
Inciso I	284
Inciso II	284
§ 2º-A	284
Inciso I	284
Inciso II	284
Inciso III	284
Inciso IV	284
§ 2º-B	284
Inciso I	284
Inciso II	284
Inciso III	284
Inciso IV	284
§ 3º	284
Inciso I	285
Inciso II	285
§ 4º	285
§ 5º	285
§ 6º	285
§ 7º	285
Art. 18.	285

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 10

Parágrafo único.	287
Art. 19.	287
Inciso I	288
Inciso II	288
Inciso III	288
Capítulo II - Da Licitação	288
Seção I - Das Modalidades, Limites e Dispensa	288
Art. 20.	288
Parágrafo único.	288
Art. 21.	288
Inciso I	291
Inciso II	292
Inciso III	292
§ 1º.....	295
§ 2º.....	295
Inciso I	296
Alínea “a”	296
Alínea “b”	296
Inciso II	296
Alínea “a”	296
Alínea “b”	296
Inciso III	296
Inciso IV	296
§ 3º.....	298
§ 4º.....	298
Art. 22.	305
Inciso I	305

Inciso II	305
Inciso III	305
Inciso IV	306
Inciso V	306
§ 1º.....	307
§ 2º.....	308
§ 3º.....	310
§ 4º.....	318
§ 5º.....	319
§ 6º.....	320
§ 7º.....	321
§ 8º.....	324
§ 9º.....	324
Art. 23	324

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 11

Inciso I	326
Alínea “a”	326
Alínea “b”	326
Alínea “c”	326
Inciso II	326
Alínea “a”	326
Alínea “b”	326
Alínea “c”	327
§ 1º	327
§ 2º	341
§ 3º	350
§ 4º	351
§ 5º	351
§ 6º	353
§ 7º	353
§ 8º	354
Art. 24.	354
Inciso I	356
Inciso II	357
Inciso III	362
Inciso IV	362
Inciso V	379
Inciso VI	381
Inciso VII	381
Inciso VIII	382
Inciso IX	386
Inciso X	386
Inciso XI	388
Inciso XII	389
Inciso XIII	390
Inciso XIV	404
Inciso XV	404
Inciso XVI	405
Inciso XVII	406
Inciso XVIII	406

Inciso XIX	406
Inciso XX	407
Inciso XXI	407
Inciso XXII	408
Inciso XXIII	408
Inciso XXIV	409
Inciso XXV	411

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 12

Inciso XXVI	411
Inciso XXVII	411
Inciso XXVIII	412
Inciso XXIX	412
Inciso XXX	412
Inciso XXXI	412
Inciso XXXII	412
Inciso XXXIII	412
Inciso XXXIV	412
§ 1º.....	413
§ 2º.....	413
§ 5º.....	413
§ 4º.....	413
Art. 25	413
Inciso I	426
Inciso II	434
Inciso III	446
§ 1º.....	448
§ 2º.....	450
Art. 26.	453
Parágrafo único.	457
Inciso I	459
Inciso II	459
Inciso III	461
Inciso IV	468
Seção II - Da Habilitação	468
Art. 27.	468
Inciso I	472
Inciso II	472
Inciso III	472
Inciso IV	472
Inciso V	472
Art. 28.	473
Inciso I	474
Inciso II	474
Inciso III	474
Inciso IV	475
Inciso V	475
Art. 29.	475
Inciso I	476
Inciso II	476

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 13

Inciso III	477
Inciso IV	484
Inciso V	487
Art. 30.	487
Inciso I	495
Inciso II	500
Inciso III	507
Inciso IV	511
§ 1º	514
Inciso I	520
Inciso II	525
Alínea “a”	527
Alínea “b”	527
§ 2º	527
§ 3º	528
§ 4º	529
§ 5º	529
§ 6º	531
§ 7º	533
Inciso I	533
Inciso II	534
§ 8º	535
§ 9º	535
§ 10.	535
§ 11.	536
§ 12.	537
Art. 31.	537
Inciso I	539
Inciso II	542
Inciso III	543
§ 1º	545
§ 2º	547
§ 3º	550
§ 4º	551
§ 5º	552
§ 6º	554
Art. 32.	555
§ 1º	556
§ 2º	556
§ 3º	557
§ 4º	558
§ 5º	558

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 14

§ 6º.....	559
§ 7º.....	559
Art. 33.	559
Inciso I	561
Inciso II	561
Inciso III	561

Inciso IV	562
Inciso V	562
§ 1º.....	562
§ 2º.....	562
Seção III - Dos Registros Cadastrais	562
Art. 34.	562
§ 1º.....	564
§ 2º.....	565
Art. 35	565
Art. 36	565
§ 1º.....	565
§ 2º.....	565
Art. 37	565
Seção IV - Do Procedimento e Julgamento	566
Art. 38.	566
Inciso I	570
Inciso II	570
Inciso III	570
Inciso IV	570
Inciso V	571
Inciso VI	571
Inciso VII	574
Inciso VIII	575
Inciso IX	575
Inciso X.....	575
Inciso XI	575
Inciso XII	575
Parágrafo único.	575
Art. 39.	583
Parágrafo único.	583
Art. 40.	584
Inciso I	588
Inciso II	591
Inciso III	592
Inciso IV	592

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 15

Inciso V	592
Inciso VI	592
Inciso VII	593
Inciso VIII	597
Inciso IX	598
Inciso X	598
Inciso XI	608
Inciso XII	613
Inciso XIII	613
Inciso XIV	615
Alínea "a"	616
Alínea "b"	620
Alínea "c"	621
Alínea "d"	625

Alínea “e”	629
Inciso XV	629
Inciso XVI	630
Inciso XVII	631
§ 1º	631
§ 2º	634
Inciso I	634
Inciso II	635
Inciso III	638
Inciso IV	639
§ 3º	639
§ 4º	639
Inciso I	639
Inciso II	639
Art. 41.	639
§ 1º	647
§ 2º	649
§ 3º	652
§ 4º	652
Art. 42.	652
§ 1º	655
§ 2º	655
§ 3º	655
§ 4º	655
§ 5º	655
§ 6º	658
Art. 43.	658
Inciso I	658

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 16

Inciso II	661
Inciso III	662
Inciso IV	664
Inciso V	681
Inciso VI	685
§ 1º.....	689
§ 2º.....	691
§ 3º.....	691
§ 4º.....	694
§ 5º.....	694
§ 6º.....	695
Art. 44.	695
§ 1º.....	696
§ 2º.....	696
§ 3º.....	696
§ 4º.....	698
Art. 45.	698
§ 1º.....	701
Inciso I	701
Inciso II	703
Inciso III	703

Inciso IV	705
§ 2º.....	705
§ 3º.....	706
§ 4º.....	707
§ 5º.....	712
§ 6º.....	712
Art. 46.	712
§ 1º.....	715
Inciso I	715
Inciso II	716
Inciso III	716
Inciso IV	716
§ 2º.....	716
Inciso I	717
Inciso II	717
§ 3º.....	717
§ 4º.....	718
Art. 47.	718
Art. 48.	719
Inciso I	719

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 17

Inciso II	720
§ 1º	724
Alínea “a”	724
Alínea “b”	724
§ 2º	724
§ 3º	724
Art. 49.	727
§ 1º	737
§ 2º	738
§ 3º	740
§ 4º	743
Art. 50.	743
Art. 51	743
§ 1º	755
§ 2º	755
§ 3º	755
§ 4º	758
§ 5º	759
Art. 52.	760
§ 1º	760
Inciso I	760
Inciso II	760
Inciso III	760
Art. 53.	760
§ 1º	760
§ 2º	760
§ 3º	761
§ 4º	761
Capítulo III - Dos Contratos	761

Seção I - Disposições Preliminares	761
Art. 54.	761
§ 1º	763
§ 2º	765
Art. 55.	766
Inciso I	767
Inciso II	771
Inciso III	772
Inciso IV	778
Inciso V	779
Inciso VI	781
Inciso VII	782
Inciso VIII	785

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 18

Inciso IX	785
Inciso X.....	785
Inciso XI	787
Inciso XII	789
Inciso XIII	789
§ 1º.....	794
§ 2º.....	794
§ 3º.....	795
Art. 56.	796
§ 1º.....	799
Inciso I	800
Inciso II	800
Inciso III	801
§ 2º.....	801
§ 3º.....	801
§ 4º.....	801
§ 5º.....	802
Art. 57.	802
Inciso I	805
Inciso II	806
Inciso III	819
Inciso IV	819
Inciso V	820
§ 1º.....	820
Inciso I	823
Inciso II	823
Inciso III	823
Inciso IV	823
Inciso V	823
Inciso VI	823
§ 2º.....	824
§ 3º.....	827
§ 4º.....	829
Art. 58.	831
Inciso I	831
Inciso II	831

Inciso III	832
Inciso IV	833
Inciso V	833
§ 1º	833
§ 2º	833

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 19

Art. 59.	833
Parágrafo único.	836
Seção II - Da Formalização dos Contratos	840
Art. 60.	840
Parágrafo único.	843
Art. 61.	847
Parágrafo único.	848
Art. 62.	851
§ 1º	854
§ 2º	854
§ 3º	855
Inciso I	855
Inciso II	859
§ 4º	860
Art. 63.	863
Art. 64.	863
§ 1º	863
§ 2º	865
§ 3º	866
Seção III - Da Alteração dos Contratos	867
Art. 65.	867
Inciso I	872
Alínea "a"	873
Alínea "b"	873
Inciso II	875
Alínea "a"	875
Alínea "b"	875
Alínea "c"	875
Alínea "d"	877
§ 1º	891
§ 2º	895
Inciso I	899
Inciso II	899
§ 3º	900
§ 4º	900
§ 5º	901
§ 6º	901
§ 7º	901
§ 8º	902
Seção IV - Da Execução dos Contratos	903
Art. 66.	903
Art. 67.	909

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 20

Parágrafo único.	909
Art. 67.	909
§ 1º.....	943
§ 2º.....	945
Art. 68.	946
Art. 69.	947
Art. 70.	948
Art. 71.	950
§ 1º.....	951
§ 2º.....	953
§ 3º.....	954
Art. 72.	954
Art. 73.	959
Inciso I	963
Alínea “a”	963
Alínea “b”	964
Inciso II	965
Alínea “a”	966
Alínea “b”	966
§ 1º.....	966
§ 2º.....	966
§ 3º.....	966
§ 4º.....	966
Art. 74.	966
Inciso I	966
Inciso II	966
Inciso III	966
Parágrafo único.	966
Art. 75.	966
Art. 76.	967
Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos	967
Art. 77.	967
Art. 78.	967
Inciso I	968
Inciso II	968
Inciso III	969
Inciso IV	969
Inciso V	969
Inciso VI	969
Inciso VII	974
Inciso VIII	974
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 21	
Inciso IX	975
Inciso X	975
Inciso XI	975
Inciso XII	975
Inciso XIII	975
Inciso XIV	975
Inciso XV	975
Inciso XVI	975
Inciso XVII	975

Inciso XVIII	975
Parágrafo único.	975
Art. 79.	976
Inciso I	976
Inciso II	976
Inciso III	976
Inciso IV	977
§ 1º	977
§ 2º	977
Inciso I	978
Inciso II	978
Inciso III	978
§ 3º	978
§ 4º	978
§ 5º	978
Art. 80.	979
Inciso I	979
Inciso II	979
Inciso III	980
Inciso IV	981
§ 1º	981
§ 2º	981
§ 3º	981
§ 4º	981
Capítulo IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela judicial	981
Seção I - Disposições Gerais	981
Art. 81.	981
Parágrafo único.	982
Art. 82.	982
Art. 83.	983
Art. 84	983
§ 1º	984
§ 2º	984

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 22

Art. 85.	985
Seção II - Das Sanções Administrativas	985
Art. 86.	985
§ 1º.....	985
§ 2º.....	985
§ 3º.....	986
Art. 87.	986
Inciso I	989
Inciso II	990
Inciso III	991
Inciso IV	993
§ 1º.....	996
§ 2º.....	996
§ 3º.....	996
Art. 88.	997
Inciso I	997

Inciso II	997
Inciso III	998
Seção III - Dos Crimes e das Penas.....	998
Art. 89.	998
Parágrafo único.	1003
Art. 90.	1003
Art. 91.	1010
Art. 92.	1010
Parágrafo único.	1011
Art. 93.	1012
Art. 94.	1013
Art. 95	1013
Parágrafo único.	1013
Art. 96.	1014
Inciso I	1014
Inciso II	1016
Inciso III	1016
Inciso IV	1016
Inciso V	1016
Art. 97.	1016
Parágrafo único.	1016
Art. 98.	1017
Art. 99.	1017
§ 1º.....	1017
§ 2º.....	1017

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 23

Seção IV - Do Processo e do Procedimento Judicial	1017
Art. 100.	1017
Art. 101.	1019
Parágrafo único.	1019
Art. 102.	1020
Art. 103.	1021
Art. 104.	1021
Art. 105.	1021
Art. 106.	1021
Art. 107.	1021
Art. 108.	1021
Capítulo V - Dos Recursos Administrativos	1021
Art. 109.	1021
Inciso I	1024
Alínea "a"	1024
Alínea "b"	1025
Alínea "c"	1026
Alínea "d"	1027
Alínea "e"	1027
Alínea "f"	1027
Inciso II	1027
Inciso III	1027
§ 1º	1027
§ 2º	1028

§ 3º	1028
§ 4º	1029
§ 5º	1030
§ 6º	1031
Capítulo VI - Disposições Finais e Transitórias	1031
Art. 110.	1031
Parágrafo único.	1031
Art. 111.	1031
Parágrafo único.	1034
Art. 112.	1034
§ 1º	1035
§ 2º	1035
Art. 113.	1035
§ 1º	1046
§ 2º	1047
Art. 114.	1048
§ 1º	1058
§ 2º	1058

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 24

Art. 115.	1060
Parágrafo único.	1063
Art. 116.	1063
§ 1º.....	1098
Inciso I	1098
Inciso I	1099
Inciso I	1099
Inciso I	1099
Inciso I	1099
Inciso I	1099
§ 2º.....	1099
§ 3º.....	1099
Inciso I	1100
Inciso I	1101
Inciso I	1102
§ 4º.....	1102
§ 5º.....	1103
§ 6º.....	1103
Art. 117.	1103
Art. 118.	1106
Art. 119.	1109
Parágrafo único.	1117
Art. 120.	1117
Art. 121.	1118
Parágrafo único.	1122
Art. 122.	1122
Art. 123.	1122
Art. 124.	1123
Parágrafo único.	1123
Art. 125.	1123

Art. 126.	1123
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	1124
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 - CTN(PARCIAL)	1145
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.	
LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966	1146
Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 25	
LEI Nº 6.120, DE 15 DE OUTUBRO DE 1974	1150
Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino.	
LEI Nº 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977	1151
Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia.	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984(PARCIAL)	1154
Institui a Lei de Execução Penal.	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990(PARCIAL)	1155
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	
LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991 (PARCIAL)	1156
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994(PARCIAL)	1166
Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.	
LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994	1168
Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1173
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995	1204
Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.	
LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995 (PARCIAL)	1205
Dispõe sobre o Plano Real.	
LEI Nº 9.074, DE 07 DE JULHO DE 1995	1221
Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.	
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996 (PARCIAL)	1233
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997	1245
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador [...].	
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997 (PARCIAL)	1280
Dispõe sobre a política energética nacional [...].	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	1302
Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização [...].	
LEI Nº 9.660, DE 16 DE JUNHO DE 1998	1309
Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos.	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1310
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999	1322
Altera disposições sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 26	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1324
Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria.	

LEI Nº 9.867, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1333
Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1334
Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1336
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.	
LEI Nº 10.176, DE 11 DE JANEIRO DE 2001	1362
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.	
LEI Nº 10.191, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001	1368
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	
LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001(PARCIAL)	1369
Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real.	
LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002(PARCIAL)	1373
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial [...].	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	1390
Institui [...] modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002	1423
Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais.	
LEI Nº 10.881, DE 9 DE JUNHO DE 2004	1436
Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União.	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1439
Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1452
Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (PARCIAL)	1458
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	
LEI Nº 11.732, DE 30 DE JUNHO DE 2008 (PARCIAL)	1466
Disposições sobre licitação internacional.	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1467
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	1472
Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 27	
LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011	1481
Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; [...].	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	1499
Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; [...] e dá outras providências.	
LEI Nº 13.255, DE 14 DE JANEIRO DE 2016 (PARCIAL)	1529
Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946(PARCIAL)	1539
Dispõe sobre os bens imóveis da União.	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 (PARCIAL)	1568
Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.	
DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969	1570
Consolida e altera a legislação sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.	
DECRETO Nº 84.702, DE 13 DE MAIO DE 1980	1571
Simplifica a prova de quitação de tributos, contribuições, anuidades e outros encargos, e restringe a exigência de certidões no âmbito da Administração Federal.	

DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986 (PARCIAL)	1573
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente.	
DECRETO Nº 99.476, DE 24 DE AGOSTO DE 1990	1579
Simplifica o cumprimento de exigência de prova de quitação de tributos e contribuições federais e outras imposições pecuniárias compulsórias.	
DECRETO Nº 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990	1580
Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.	
DECRETO Nº 1.091, DE 21 DE MARÇO DE 1994.....	1585
Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.	
DECRETO Nº 1.094, DE 23 DE MARÇO DE 1994.....	1587
Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas.	
DECRETO Nº 1.544, DE 30 DE JUNHO DE 1995	1590
Dispõe sobre o cálculo da média de índices de preços de abrangência nacional.	
DECRETO/DF Nº 17.733, DE 2 DE OUTUBRO DE 1996	1591
Dispõe sobre os pagamentos de obras, fornecimentos e serviços prestados aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, em conta bancária do BRB.	
DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO, DE 1997	1592
Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	
DECRETO Nº 2.487, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998	1595
Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios [...] de reestruturação [...] das entidades qualificadas.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 28	
DECRETO Nº 2.488, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998	1598
Define medidas de organização administrativa específicas para as autarquias e fundações qualificadas como Agências Executivas.	
DECRETO Nº 2.556, DE 20 DE ABRIL DE 1998	1600
Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País.	
DECRETO Nº 2.809, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998	1601
Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999 (PARCIAL)	1602
Aprova o Regulamento da Previdência Social.	
DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999.....	1604
Regulamento sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria.	
DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000	1612
Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.	
DECRETO Nº 3.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2001	1620
Regulamenta disposições sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.	
DECRETO Nº 3.996, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001	1622
Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.	
DECRETO Nº 4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 (PARCIAL).....	1623
Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	
DECRETO Nº 4.358, DE 5 DE SETEMBRO DE 2002.....	1624
Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição.	
DECRETO Nº 5.151, DE 22 DE JULHO DE 2004	1625
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.	
DECRETO Nº 5.355, DE 25 DE JANEIRO DE 2005	1628

Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 5.378, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005 1629

Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

DECRETO Nº 5.385, DE 4 DE MARÇO DE 2005 1632

Institui o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP.

DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005 1637

Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 29

DECRETO Nº 5.504, DE 5 DE AGOSTO DE 2005 1652

Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

DECRETO Nº 5.906, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006 1654

Regulamenta disposições sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.

DECRETO Nº 6.008, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 1670

Regulamenta disposições sobre o benefício fiscal concedido às empresas que produzam bens de informática na Zona Franca de Manaus que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia.

DECRETO Nº 6.063, DE 20 DE MARÇO DE 2007 (PARCIAL) 1685

Regulamenta disposições sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

DECRETO Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007 1689

Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

DECRETO Nº 6.555, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008 1700

Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.

DECRETO Nº 6.654, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2008 1706

Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.

DECRETO Nº 6.702, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008 1707

Institui normas e procedimentos aplicáveis às licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado.

DECRETO Nº 6.932, DE 11 DE AGOSTO DE 2009 1709

Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão”.

DECRETO Nº 6.944, DE 21 DE AGOSTO DE 2009 1713

Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal.

DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010 1723

Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

DECRETO Nº 7.546, DE 2 DE AGOSTO DE 2011 1727

Regulamenta o disposto nos §§ 5º a 12 do Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui a Comissão Interministerial de Compras Públicas.

DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 1731

Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Redação dada pelo Decreto nº 8.251/2014)

DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 1758

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 30

DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 1768

Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

DECRETO Nº 7.995, DE 2 DE MAIO DE 2013	1773
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013, e dá outras providências.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/PR/SECOM Nº 2, DE 27 DE ABRIL DE 1993	1777
Briefing (publicidade/comunicação)	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SFC/SLTI Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 1997	1780
Dispõe sobre os procedimentos para a contratação de empresas privadas de auditoria pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA-MARE Nº 2, DE 17 DE ABRIL DE 1998	1782
Regulamentar a aquisição ou assinatura, com recursos provenientes de dotações orçamentárias, inclusive suprimento de fundos, de jornais, revistas, livros e demais publicações de natureza técnico-científica utilizadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/DNRC Nº 84, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000	1783
Dispõe sobre a habilitação, nomeação e matrícula e seu cancelamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/STN Nº 5, DE 8 DE JUNHO DE 2000	1787
Dispõe sobre o cumprimento do disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/CREA-DF Nº 6-A, DE 1 DE NOVEMBRO DE 2001	1788
Estabelece normas e procedimentos utilizados no que concerne ao conteúdo de documentos que atestam a execução de obras ou serviços (atestado técnico), para fins de emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008	1791
Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI Nº 03, DE 15 DE MAIO DE 2008	1823
Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM-PR Nº 2, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009	1831
Disciplina as ações de publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010	1836
Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010	1840
Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI Nº 04 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010	1850
Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 31	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010	1862
Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2011	1877
Estabelece procedimentos para a operacionalização dos módulos e subsistemas que compõem o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, para os órgãos da Presidência da República, Ministérios, Autarquias e Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG, assim como para os demais órgãos e entidades que utilizam o SIASG.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014	1880
Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM/PR Nº 9 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014	1882
Disciplina o patrocínio dos órgãos e entidades da administração pública federal.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.....	1890
Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	
PORTARIA/SLTI Nº 423, DE 09 DE ABRIL DE 1999	1896
Considera implantada [...] a sistemática [...] referente a realização de obra, serviço ou compra, sem a adequada caracterização de seu objeto e recursos orçamentários.	

PORTARIA INTERMINISTERIAL/MCT/MDIC Nº 253, DE 28 DE JUNHO DE 2001	1897
Benefícios fiscais	
PORTARIA INTERMINISTERIAL/MDIC/MCT Nº 90, DE 28 DE JUNHO DE 2001	1899
Processo Produtivo Básico	
PORTARIA NORMATIVA/SLTI Nº 3, DE 29 DE OUTUBRO DE 2001	1900
Dispõe sobre procedimentos a serem adotados para a compra de bens e serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG (SIDECA - CATMAT - CATSER).	
PORTARIA/MF Nº 95, DE 19 DE ABRIL DE 2002	1901
Fixa os limites para concessão de suprimento de fundos e para os pagamentos individuais de despesas de pequeno vulto.	
PORTARIA Nº 41, DE 4 DE MARÇO DE 2005	1902
Estabelece normas complementares para utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	
PORTARIA Nº 358, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014	1905
Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.	
PORTARIA/MPOG Nº 90, DE 24 DE ABRIL DE 2009	1906
Institui [...] o Sistema do Cartão de Pagamento - SCP [...]	
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011	1907
Regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos	
RESOLUÇÃO/CONFEA Nº 218, DE 29 JUNHO DE 1973	1947
Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	
VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 32	
RESOLUÇÃO/CONFEA Nº 221, DE 29 DE AGOSTO DE 1974	1951
Dispõe sobre o acompanhamento pelo autor, ou pelos autores ou co-autores, do projeto de execução, da obra respectiva de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia.	
RESOLUÇÃO/CONFEA Nº 413, DE 27 JUNHO DE 1997.....	1952
Dispõe sobre o visto em registro de pessoa jurídica.	
RESOLUÇÃO/CNS Nº 280, DE 07 DE MAIO DE 1998	1954
Medicamentos genéricos	
RESOLUÇÃO/CND/MDIC Nº 19, DE 28 DE JUNHO DE 2001	1957
Aprova as condições gerais para a licitação, na modalidade de leilão, para outorga de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica [...].	
RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009	1959
Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.	
RESOLUÇÃO Nº 1.029, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010	1972
Estabelece normas para o registro de obras intelectuais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea.	
RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013	1974
Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	
RESOLUÇÃO STJ Nº 2 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015.	2000
Dispõe sobre os serviços de telecomunicações do Superior Tribunal de Justiça.	
RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1067 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015	2004
Fixa os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e dá outras providências.	
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO/CORAT Nº 37, DE 9 DE MAIO DE 2003	2008
Especifica casos de emissão, via Internet, da Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa.	
ORIENTAÇÃO NORMATIVA/MOG/SEAP Nº 1, DE 25 DE JUNHO DE 1999	2009
Estabelece procedimentos para a publicação no Diário Oficial da União das alterações contratuais decorrentes de sub-rogação, fusão, cisão ou incorporação.	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	2011